

Tecendo representações sociais sobre envelhecer em instituições de longa permanência para idosos

Generating social representations about aging in long-term institutions for the elderly

BALDIN, Talita¹

MAGNABOSCO-MARTINS, Claudia Regina²

RESUMO

O estudo foi desenvolvido com entrevistas semiestruturadas com dez idosas participantes de grupos de convivência para a terceira idade em um município do estado do Paraná, analisadas sob a perspectiva da Teoria das Representações Sociais. Os objetivos foram investigar as Representações Sociais (RS) de idosos participantes de grupo sobre o cotidiano e o envelhecimento em uma ILPI e a análise de conteúdo realizada com as falas das entrevistadas evidenciou três representações do envelhecer no universo institucional: RS de asilo, de idoso e da velhice em asilo. A imagem central é a de ausência (família, cuidados, atividades, saúde, alegria, expectativas de vida e manutenção de laços sociais), ligada à vivência de abandono e tristeza. Porém, apresenta-se a ILPI como local de proteção e cuidado alternativo para pessoas que não têm família. Recomenda-se investigações com públicos maiores e diversos para melhor compreensão do fenômeno.

Palavras-chave: idosos; velhice; terceira idade; grupos de convivência; Instituições de Longa Permanência para Idosos.

ABSTRACT

The study was carried out with an interview ten elderly women members of community groups for seniors in Paraná, Brazil, analyzed from the perspective of the Theory of Social Representations. The objectives were to investigate the social representations (RS) on the

¹ Mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: talitah_0507@yahoo.com.br, Niterói – RJ, Brasil.

² Doutora em Saúde Coletiva pela UNIFESP, docente do departamento de Psicologia da Universidade Estadual do Centro-Oeste. E-mail: claudiamagnabosco@gmail.com.br.

group of elderly participants about daily life and aging in a Institution Long Term Elderly (ILTE) and indicated three representations of aging in the institutional universe: RS asylum, elderly and old age in asylum. The central image is that of absence (family, care, activities, health, happiness, life expectancy and maintenance of social bonds) linked to the experience of abandonment and sadness. They present the ILTE as a place of protection and alternative care for people who have not family. It is recommended investigations with larger and diverse audiences for to explain the phenomenom.

Key words: elderly; old age; seniors; living groups; Institutions Long Term Elderly.

Considerações iniciais

O envelhecimento humano causa reflexões e ações acerca da velhice vivida dentro e fora de uma instituição, instigando investigações e o desenvolvimento de estratégias e políticas que atendam às novas demandas dadas pelo gradual crescimento do contingente de idosos está o envelhecimento vivido dentro de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs)³. Com base nisso, esta pesquisa se pauta no questionamento de como acontece o envelhecimento em ILPIs.

Objetiva-se neste artigo, apresentar Representações Sociais de idosos que participam de grupos de convivência para a Terceira Idade acerca da velhice e do envelhecimento vividos em ILPIs e assim, contribuir com reflexões que impulsionem políticas e estratégias sobre como lidar com a temática do envelhecimento populacional e o que tem sido direcionado como alternativa para a população em questão.

Pesquisas sobre o envelhecimento multiplicam-se diante da preocupação com o crescimento da população brasileira mais envelhecida. Os dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (BRASIL, 2013), revelam que o Brasil tende a gradativamente tornar-se um país de velhos, os quais já representam mais de 12% da população total (BRASIL, 2013).

Em resposta a este cenário, políticas sociais buscam garantir que o envelhecimento seja vivenciado com qualidade de vida, principalmente o desenvolvimento de programas e projetos em comunidade como grupos para idosos, ou de convivência, as

³ O termo Instituição de Longa Permanência para Idosos (ILPI) é a expressão adotada pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), correspondendo ao “Long Term Care Institution”. Vem substituir o termo asilo, abrigo, casa de repouso, lar, clínica geriátrica, ancianato e similares; conforme discutido por Pinto e Simson (2012).

Universidades Abertas para a Terceira Idade (UATI/UNATI/UNITI) e em ILPIs, acessadas apenas em último caso, e aos idosos que não possuem condições de se manterem inseridos na comunidade e/ou com seus familiares.

As UNATIs, UNITIs e/ou equivalentes são programas de extensão destinados à prestação de serviços ao público idoso. Conforme Veras e Caldas (2004), elas vêm expandindo-se quali e quantitativamente desde 1970, representando uma das estratégias mais elaboradas e incentivadas para a atenção integral ao idoso devido a seu caráter multidisciplinar e de baixo custo. Logo, o atendimento em tais locais abarca além da manutenção do idoso na sociedade, também aspectos concernentes à saúde mental e física, constituindo-se em um dos espaços que favorecem a construção de novos papéis sociais para o sujeito idoso, facilitando o repensar da velhice. Seu objetivo é o de proporcionar aos idosos a manutenção de qualidade de vida sem, no entanto, assumir para si uma postura assistencialista. Dentre as vantagens na implantação e manutenção das Universidades para Terceira Idade está o contato intergeracional; oportunidades para a universidade avaliar suas práticas e metas educacionais ao atuar com o idoso; espaço para percepção de novos problemas de pesquisa; focos de atenção e pesquisa aplicada, e autoanálise das ações da própria instituição frente os idosos que atende (CACHIONI, 2012).

Já, os grupos de convivência para a chamada Terceira Idade, vinculados ou não ao poder público, propõem que os idosos possam se relacionar com pessoas de sua faixa etária e realizar atividades de lazer, viagens e entretenimento. Para Carvalho (2010), integram uma rede substitutiva de atenção à população idosa, enquanto espaço de produção cultural e sociabilidade. A modalidade está apoiada na Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) que em seu artigo 10º preconiza como competência dos órgãos públicos o estímulo à criação de incentivos e alternativas de atendimento a esta população. Possivelmente, a emergência desses grupos seja uma resposta recente à ideia que persiste na sociedade atual de que a população idosa não é mais produtiva. Logo, a finalidade é garantir que o idoso ocupe seu espaço social, continue aprendendo, compartilhe suas experiências e possa repensar a si e ao seu cotidiano, desenvolvendo múltiplas atividades. Há que se pensar ainda se essa experiência não diria respeito a outro modelo de institucionalização da velhice (que não o peculiar às ILPIs), na medida em que nos grupos

há uma expectativa de como ser idoso, regras e possibilidades específicas para seus membros.

Em suma, os grupos para Terceira Idade se diferenciam da situação de idosos moradores de ILPIs pela maior autonomia na escolha de participar ou não de dada atividade ou de determinado grupo, uma vez que são constituídos por pessoas ativas e independentes. A contrário, os idosos que por algum motivo não conseguem se manter vivendo sozinhos ou com sua família, ou ainda que sofrem algum tipo de violência, geralmente são encaminhados a uma ILPI (historicamente criadas no Brasil como modelo mais comum de atenção). Há, ainda, aqueles idosos que optam por tal alternativa.

Conforme relatório do IPARDES (2008, p. 9), ILPIs se referem a “entidades com características diferenciadas: religiosas, públicas, privadas, com ou sem fins lucrativos, com ou sem apoio de recursos públicos” que visam dar subsídio às pessoas com mais de 60 anos de idade, que não possuem possibilidade de permanecerem com a família ou em seu domicílio, sejam dependentes ou independentes. Conforme o instituto, estas características se combinam e resultam em uma série de tipos de instituições, com as mais variadas modalidades e qualidades de atendimento, mas que têm o dever de proporcionar serviços de saúde como odontologia, medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia e outros, assim como de garantia e manutenção de direitos, conforme as necessidades de cada idoso.

As ILPIs contempladas nesta pesquisa se referem a aquelas que se destinam (em sua maioria), ao atendimento de idosos carentes, oriundos de famílias geralmente com poucas condições financeiras. Tais instituições emergem na sociedade como alternativa de cuidado em resposta ao grande contingente de idosos no país, independente de disporem ou não de outro meio de proteção ou mesmo de estarem acometidos por debilidades e limitações, assim como necessidades especiais de atenção. Além disso, a estrutura institucionalizada é conhecida por favorecer o empobrecimento dos idosos, sejam eles empobrecimento não apenas físico (claramente identificado pelos agravos de saúde comuns à entrada na ILPI), mas também pelo empobrecimento subjetivo, marcado pelo afastamento dos demais. Seus sintomas, em geral, são sentimentos relacionados a solidão, abandono e rejeição.

Embora se reconheça que as ILPIs são instituições necessárias, principalmente para aqueles idosos que não possuem apoio familiar, ainda há muito que se

refletir sobre sua estrutura e organização, de modo que possam trazer algum conforto para os residentes, a começar por uma visão menos ameaçadora que o imaginário social possa perceber a velhice institucionalizada.

Por tratar desta percepção que as pessoas têm acerca de dado fenômeno é que a pesquisa se orienta pela perspectiva da Teoria das Representações Sociais (TRS), desenvolvida por Moscovici (1978). As Representações Sociais (RS) são um conjunto de conceitos, afirmações e explicações que se dão no cotidiano, conforme os indivíduos se inter-relacionam nos grupos de que participam e envolvem aspectos cognitivos, comunicativos e comportamentais, por isso são dinâmicas e complexas. Sua análise permite o entendimento, a comunicação e o direcionamento da conduta dos sujeitos e grupos frente ao objeto ou fenômeno representado, provocando modificações na forma de se teorizar e conviver com ele.

As RS são, portanto, como um “conjunto de proposições, reações e avaliações que dizem respeito a determinados pontos (...)” (MOSCOVICI, 1978, p.67) dentro do contexto social, evoluindo de acordo com os movimentos da dinâmica social e os fenômenos que os transpassam, propagando-se pela linguagem utilizada nas conversas informais e nos meios de comunicação de massa. Neste contexto, comunicar é elemento crucial para apreensão do objeto (social, material ou abstrato) pelo grupo, que o entende como relevante para seu cotidiano a ponto de simplificá-lo para utilizá-lo de alguma forma. Nesse sentido, a escolha de algo para ser representado também expressa as características do pensamento e identidade social dos grupos, conforme suas experiências (MOSCOVICI, 1978).

Mesmo que de forma indireta, o universo que circunda uma ILPI é acessível a toda a população, mesmo que seja apenas da ordem do imaginário. Todas as pessoas pensam algo acerca da ILPI de acordo com uma experiência direta em visitas, por exemplo, ou indireta, quando ouvirem falar, sabem de sua existência e/ou a visualizam no espaço em que vivem. Foi nessa direção que se investigou as teorizações realizadas pelos idosos que não habitam uma ILPI acerca do envelhecimento nestes locais, elaboradas nas comunicações e relações que estabelecem no cotidiano de seus grupos de pertença, dentre eles os grupos de convivência de idosos.

As pesquisas de RS de envelhecimento e velhice demonstram que há variações de seu conteúdo, de acordo com faixa etária e sexo dos respondentes, mas em

geral a velhice e o envelhecimento são teorizados a partir de perdas biológicas, afetivas e do ritmo de trabalho. Ao mesmo tempo, tratam de ganhos da ordem da experiência, sabedoria e conhecimento. Quando os respondentes destas pesquisas são idosos, caracterizam o envelhecimento de outros idosos, não se referindo a si mesmos. Apresentam o sentido de que “só é idoso quem quer”, conteúdo ligado ao estereótipo de uma velhice mal sucedida, opção daqueles que não se protegeram do ser velho por meio da manutenção do “espírito jovem” (SANTOS, TURA; ARRUDA, 2011; MAGNABOSCO-MARTINS et al., 2009; VELOZ, NASCIMENTO-SCHULZE; CAMARGO, 1999), uma relação traçada pelo cuidado que é, em verdade, um autocuidado (BRITO, 2014).

Dito isso, esta pesquisa justifica-se para investigação acerca de envelhecimento e velhice, mas também por buscar subsídios para a atuação de profissionais, tanto com a população residente em ILPI quanto com a população idosa externa a ela, impulsionada por indagações sobre “o que se pensa de como é envelhecer dentro de uma ILPI”, “o que idosos não residentes relatam ao imaginarem-se vivendo lá” ou “como teorizam as pessoas que lá residem”. Atenta-se para a carência de pesquisas que retratem a especificidade da temática.

Materiais e métodos

Utilizou-se para a pesquisa a metodologia qualitativa, em busca de uma compreensão singular, ampla e profunda dos elementos que compõe as RS em questão, tal como preconizado em estudos desta natureza (MOSCOVICI, 1978). Tendo em vista que as RS se dão nas conversações diárias que se estabelecem nos grupos de pertença dos sujeitos, faz-se importante, conhecer as características dos grupos dos quais os participantes fazem parte, como se fará neste momento com os dois grupos participantes, denominados ficticiamente como Buquê e Ramallete, escolhidos por conveniência dada pela facilidade de acesso das pesquisadoras e pelas diferenças de objetivos e atividades entre eles, possibilitando comparações. Os grupos se autodenominam “para a terceira idade” e possuem como finalidade a socialização.

O grupo Buquê existe informalmente no município há aproximadamente 25 anos, realizando festividades, mas somente há 15 anos foi formalizado como associação e assim, exige adesão e contribuição dos membros. Atualmente, são organizados bailes duas vezes ao mês, abertos para outros grupos de terceira idade, que por sua vez também são

visitados pelo grupo Buquê. Além disto, com frequência, a coordenadora do grupo organiza viagens e passeios para seus membros. Atualmente, conta com aproximadamente 400 associados, mas chega a receber 800 idosos em alguns de seus eventos. Segundo a coordenadora, “*se pode contar nos dedos*” a quantidade de homens que frequentam o grupo, referindo-se ao fato da proporção de mulheres ser significativamente maior do que a de homens. Por não possuir sede própria, promove encontros em clubes no município.

O grupo Ramallete, por sua vez, constitui-se em um espaço de convivência organizado e mantido pela Secretaria Municipal de Assistência Social desde 1990, com finalidade de possibilitar conversas e momentos de distração para pessoas idosas, oferecendo ainda atividades de informática e artesanato. Os principais encontros ocorrem duas tardes por semana em que os 200 idosos cadastrados jogam bingo e participam de oficinas. As mulheres representam cerca de 90% dos membros, sendo somente aproximadamente 20 homens. A maior parte destes idosos participa de outros grupos, em encontros dançantes e viagens. Sua sede se localizada em um bairro onde parte das atividades são desenvolvidas.

A técnica de produção de dados utilizada na pesquisa foi a entrevista semidirigida. Foram convidados participantes dos grupos citados com 60 anos ou mais de idade, sendo apresentados os objetivos, formato da pesquisa e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Ocorreram entrevistas individuais com 10 mulheres que se propuseram a participar e em locais indicados por elas.

Foram questionados os dados demográficos das participantes, seu contato com um “asilo”, o que pensavam acerca do ambiente, do idoso que vive lá e sua rotina, e como imaginam que seja envelhecer no local. A utilização do termo “asilo” se deu por se tratar da terminologia usada comumente no cotidiano daqueles grupos, visto que a única instituição existente no município possui a expressão no próprio nome. No entanto, se considera a orientação de revisão de nomenclatura de “Asilo” por “ILPI” proposta pela Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG), quando se pretende romper com o preconceito construído e mantido socialmente de entidade que se destina ao cuidado de pessoas pobres e à beira da morte (PINTO; SIMSON, 2012). Aqui, representa um viés assumido pelas pesquisadoras de que as respostas das idosas estariam vinculadas ao conhecimento direto ou indireto ao menos desta instituição e de que não possuiriam familiaridade com o termo ILPI, o que pode ter restringido as respostas.

Tecendo representações sociais sobre envelhecer em instituições de longa permanência para idosos.

Como se pode observar no quadro 1 (vide final do documento), as participantes receberam nomes fictícios de flores para proteger sua identidade, possuindo média de idade de 72,5 anos, 10,3 deles com participação em seus respectivos grupos. Nove das entrevistadas participam de mais de um grupo e uma participa apenas do grupo Ramalhete. Quanto ao estado civil, seis são viúvas, duas casadas e duas divorciadas. Todas relataram contato direto com a ILPI do município que residem, duas delas com parentes próximos institucionalizados no local, e outras duas conheciam ainda outra instituição no mesmo estado em que residem.

Após a transcrição literal das entrevistas, procedeu-se a análise de seus conteúdos ancorada nos principais conceitos da TRS (MOSCOVICI, 1978) para definir a organização das RS. Os conteúdos das entrevistas foram comparados e agrupados de acordo com os sentidos atribuídos pelas participantes à velhice e envelhecimento em ILPIs e organizados em três blocos que compuseram três tipos de RS: do asilo; do idoso morador de asilo; e da velhice no asilo.

Nome	Idade	Estado civil	Escolaridade	Grupos em que participa	Tempo de participação	Contato com a ILPI
Angélica	79	Viúva	E. M. Comp.	Buquê e outro	9 anos	Visitas com grupo de convivência
Acácia	61	Divorciada	E. M. Incomp.	Buquê, Ramalhete e outros	25 anos	Visitas com grupo de convivência
Tulipa	82	Viúva	E. M. Comp.	Buquê e Ramalhete	14 anos	Visitas com grupo de convivência
Margarida	66	Divorciada	E. Sup. Comp.	Buquê e outros	12 anos	Visitas com grupo de convivência. Possui um primo interno
Violeta	69	Casada	E. M. Comp.	Ramalhete e ocasionalmente de outros	15 anos	Visitou algumas vezes com grupo de convivência
Rosa	79	Casada	E. Fund. Incomp.	Ramalhete	7 anos	Visitas com o grupo de convivência
Palma	78	Viúva	E. Fund. Incomp.	Ramalhete e já participou do Buquê	7 anos	Visita um irmão, que é residente de ILPI
Dália	76	Viúva	E. Fund. Comp.	Buquê e Ramalhete	2 anos	Visitou algumas vezes com os grupos de convivência de que participou
Estrelícia	70	Viúva	E. Fund. Comp.	Buquê e outro	3 anos	Visitou apenas uma vez, com o grupo de convivência
Magnólia	65	Viúva	E. M. Comp.	Buquê e outros	9 anos	Visita com grupos de convivência

Tabela 1: Participantes do estudo

Resultados e discussão

Estar presente, ouvir e dialogar com as idosas em seus grupos de pertença permitiu compreender que a ideia central compartilhada por todas as entrevistadas e expressa em seus relatos é a de que o asilo é um local em que vivem idosos abandonados por seus familiares, onde prolifera a tristeza, a solidão e o abandono. Conforme apontam, o sujeito que concretiza a velhice neste espaço é triste e abandonado, um idoso que espera o fim da vida de forma solitária. Mas, apesar da gama de afetos negativos nutridos para com a instituição, as idosas apontam para a necessidade de sua existência para o cuidado de idosos, mesmo defendendo que deveriam permanecer em sua família e não depender do asilo. Em relação à sua própria vida, as participantes expressam o desejo de um envelhecimento saudável. E é isto que procuram nos grupos de convivência de que participam, por avaliarem que lá vivenciam melhor qualidade de vida, realizando exercícios físicos e outras atividades que não as restringem à rotina doméstica. Atenta-se para o fato de que as participantes apontavam a existência da instituição como positiva apenas no início de suas falas, podendo demonstrar certo cuidado de não expor uma visão negativa da ILPI que conhecem ou mesmo para apresentarem uma ideia que acreditavam ser a que a pesquisadora esperava.

A análise das entrevistas das idosas, bem como a forma como teorizam, lançam hipóteses e tecem os argumentos para defender seus posicionamentos, mostraram que o envelhecer no asilo envolve três categorias de RS, imbricadas e interdependentes: RS de asilo, RS do idoso asilado e RS de velhice no asilo, apresentadas a seguir. As concepções apresentadas foram compartilhadas de forma densa e coerente, utilizando-se inclusive das mesmas palavras. Não apareceram diferenças substanciais entre os relatos das idosas dos dois grupos, mas ao contrário, consistência na forma das 10 entrevistadas representarem a vivência de velhice no asilo e o idoso que nele vive, assim como na forma de dirigir sua conduta a ele, mesmo participando de grupos de convivência com objetivos e atividades diferentes.

Destaca-se que todas as participantes já haviam tido contato direto com pelo menos uma instituição, a do município em que vivem, por meio de visitas e/ou atividades lá promovidas, denotando uma vivência de ILPI (mesmo que breve), para além do que se veicula na mídia e/ou nas conversações diárias nos seus grupos de pertença.

Os resultados do estudo, pensados à luz da revisão teórica realizada sobre as RS, lançam indícios de que haja diferentes formas de classificar o idoso dentro da RS de

idoso, representando-o como ativo, inativo ou asilado, questão debatida a seguir. Tal constatação pode ser pensada sob o prisma do quanto essa temática do envelhecer no asilo tem sido pauta das preocupações e diálogos dos grupos sociais, inclusive dos idosos que convivem em outros ambientes, embora não se possa afirmar nesta pesquisa que esses relatos se repetiriam com idosos não participantes de grupos de terceira idade, algo a investigar.

RS de asilo: o que há na relação dentro e fora?

A RS de asilo diz respeito aos conteúdos expressos sobre o lugar em que se dá a vivência da velhice e a concretização de uma forma singular de ser idoso, entendido pelas participantes como um local que abriga pessoas que não possuem outra alternativa de cuidado. Permeiam estas concepções as palavras “*cuidado*”, “*apoio*” e “*acolhimento*”, muito enfatizadas nas falas de quatro entrevistadas (Angélica, Acácia, Violeta e Rosa) e presentes nas demais. Da mesma forma, este local é representado por duas participantes (Tulipa e Margarida) por meio das palavras “*segregação*” e “*exílio*”, um espaço em que os idosos, geralmente dependentes, são abandonados à espera da finitude da vida. Este universo representacional é ilustrado ainda pelas expressões “*triste*”, “*abandono*” e “*morte*”.

As participantes compreendem a ILPI como um local de abandono, mas também de acolhimento, uma “*instituição que acolhe pessoas que não têm família, que não têm quem cuide delas*” (Angélica), um “*lugar de pessoas que os filhos não querem cuidar mais ou que não têm ninguém por si*” (Violeta). Na fala de Tulipa, a conotação da palavra asilo aponta para a segregação: “*Eu acho que é uma coisa assim que você está meio separada. Por exemplo, da família, porque têm muitos lá que têm família, mas estão lá trancados*”. Assim, a RS de asilo está ancorada nas ideias de acolhimento e internamento, pois as participantes acreditam que alguns dos idosos institucionalizados foram ali abandonados por precisarem de cuidados físicos e mentais, utilizando os termos “*abandono*” quando relatado como “*exílio*”, embora sem deixar de agregar à palavra “*tristeza*” os termos “*doença*” e “*incapacidade*” (presentes nas respostas de Palma, Dália, Estrelícia e Magnólia).

Tal caracterização do asilo se assemelha ao que se denomina na literatura científica de “lógica hospitalocêntrica” e até mesmo “manicomial” utilizadas para entender e indicar o papel deste tipo de instituições. O olhar do senso comum das entrevistadas pode então ser comparado ao olhar científico utilizado por Goffman (2008) para caracterizar o que seriam as instituições totais. Goffman (2008) apresenta o asilo como uma forma de moradia em que os internos vivenciam um corte com relação à realidade societal, pois possuem pouco ou nenhum contato com o mundo externo, o que é compartilhado por Elias (2001) quando cita que o espaço da ILPI pode ser um limite para o contato com o outro e, mesmo que haja muitas pessoas alocadas em um único lugar, elas não interagem.

Essas representações também são similares às encontradas por Costa e Mercadante (2013). Conforme suas percepções, os idosos institucionalizados acabam aceitando o estereótipo que a ILPI carrega, principalmente porque se sentem isolados e abandonados. A rotina não tem variações, as possibilidades de contato e saída são restritas e se perde o interesse por tudo. Os idosos ficam “sem nada a fazer, com um tempo ocioso que chega a lhes causar uma sensação de abandono, de impotência, de incapacidade diante da vida” (COSTA; MERCADANTE, 2013, p. 220).

Retornando aos dados desta pesquisa, o conteúdo apresentado pelo senso comum surpreende: ao discorrer sobre o que pensam ser o cotidiano de vida no asilo, as entrevistadas relatam haver uma rotina diária empobrecida e limitada, ora pelas (im)possibilidades do asilo (sem condições de ofertar atividades além das básicas de manutenção do local), ora pela limitação dos próprios idosos, já que muitos, segundo elas, são dependentes física e/ou mentalmente. Angélica comenta: “*Chega ali [no asilo] e se vê de tudo... Doente, uns que não podem nem levantar da cama mais, então ficam todo o tempo na cama. Ah, aquilo tem um horror de gente doente*”, assim como Estrelícia: “*Quando eu fui lá, eu vi o pessoal todo abandonado, um doente cuida do outro, quem estava melhor cuida do outro, dá de comer na boca. Deus me livre, achei uma coisa absurda*”. Assim, ao mesmo tempo em que as entrevistadas apontam para a ILPI como lugar de acolhimento e cuidado para aquele que não possui familiares e/ou condições domiciliares e financeiras para tanto, caracterização também revelada no estudo de Costa e Mercadante (2013), em que apontam que “asilo” tem conotação de “pobreza” e “abandono”, muitas vezes ligada ao dado histórico de ILPIs que foram mantidas por entidades religiosas e de caridade.

Ao buscar compreender as RS de cuidado conforme idosos e cuidadores, Brito (2014) percebe que os idosos atribuem a função de cuidadores aos cônjuges e filhos. Como os idosos das ILPIs em geral não possuem família, a institucionalização é a única alternativa. “O cuidador deve ser o familiar, seja devido ao laço sanguíneo, seja por ter maior grau de intimidade e conhecimento da pessoa cuidada” (BRITO, 2014, p. 124). Ainda, vale ressaltar os depoimentos de idosos institucionalizados entrevistados por Oliveira (2014, p. 35) que relatam que mesmo para aqueles que possuem uma família sem condições de cuidá-los, a tendência é de que haja um afastamento da mesma quando da integração do idoso à ILPI. Ou seja, as visitas e procura de informações ficam cada vez mais raras.

Esse sentido de cuidado é o que impulsiona as entrevistadas a frequentarem o local. Constroem acerca de si o imaginário de que podem dedicar carinho e atenção que os idosos do asilo necessitam e elas podem ofertar, recebendo como recompensa a sensação de estarem bem consigo mesmas. Margarida faz questão de visitar o asilo porque *“eu me sinto bem em me doar. (...) A gente está dispondo desse tempo para se doar para outros, para proporcionar uma alegria para as pessoas que estão lá e que vivem aquele dia a dia tão triste”*.

Entretanto, ao tratar do mesmo aspecto, algumas idosas parecem não tolerar ver com os próprios olhos a realidade institucional, como ficou claro com as falas de Estrelícia e Magnólia. Estariam sensíveis ao sofrimento do morador? Seria parte de uma identificação com sua situação ou um confronto com a própria velhice e com a possibilidade real de, algum dia, elas também habitarem aquele local tão triste?, questionamento importante trazido também por Brito (2014), de que o idoso é ao mesmo tempo objeto e observador do estudo, já que embora esteja olhando para a velhice, a vive também. Este é outro elemento que circunda o imaginário de ILPI para estas mulheres, de que *“é uma tristeza, Deus me livre. Eu disse para eles, ‘não me chamem mais para ir [visitar], porque não...’. É uma tristeza! Eu fiquei uma semana que não podia tirar aquilo da cabeça”* (Estrelícia). Velada ou explicitamente, o asilo parece ser a última alternativa, e ainda assim aquela jamais desejada: *“Eu fiquei muito deprimida com o que eu vi. Prefiro morrer do que estar lá”* (Magnólia).

A tristeza, a solidão e o abandono que demarcam o espaço institucional existem para as entrevistadas, em parte, por conta da ausência de atividades ofertadas pela

ILPI, que pudessem ocupar o tempo dos idosos e melhorar seu cotidiano. Para elas, tal responsabilidade também é da comunidade, que deveria se mobilizar para prestar cuidados aos internos, e da família, que rompeu laços com os seus familiares institucionalizados e deixam de lhe prestar assistência no local de forma periódica. Isso também é verificado em outros estudos, como o de Oliveira (2014). Em sua pesquisa por parte dos cuidadores formais, a autora percebe a presença de uma relação de ajuda nesses espaços, ajuda essencial, segundo ela, para que o idoso se habitue à vida institucional. Na presente pesquisa, no entanto, é possível verificar que as idosas consideram tal ajuda necessária também por parte dos idosos que visitam o local. Trata-se de uma troca verbal e não-verbal na tentativa de criar um espaço de compreensão e de apoio ao idoso considerado pelos idosos não pertencentes à ILPI como frágeis e vulneráveis..

E é por observar a dificuldade de organização das tarefas no asilo, que as participantes consideram esperado que o morador auxilie na manutenção do local em que vive, como no preparo das refeições, na limpeza do ambiente, na manutenção da horta e até mesmo no cuidado com os outros idosos, como relata Tulipa, *“eu sei que têm alguns lá que não são muito doentes, então eles [os que têm boas condições de saúde] ajudam os outros. Ajudam a dar banho, ajudam a passar roupa, e os que estão bem entregues eles ajudam a cuidar também”*, assim como para Rosa: *“Eu acho que aqueles que são mais fortinhos ajudam. Tiram o lixo da cozinha...”*. Também Margarida trata do cotidiano a partir de observações em visitas frequentes ao local: *“Eu acho muito monótono pra essas pessoas [mais debilitadas] que não têm condições de fazer nada, que estão só na cadeira de roda, só na cama. (...) Anotece, amanhece e é só aquilo, é café, almoço, café da tarde, janta e dormir”*. Isto remete ao percebido por Debert (1999) nas instituições em que atuou: há presença de uma rotina em ILPI, porém esta rotina está empobrecida, muito por conta das próprias condições da instituição que não é capaz, por motivos econômicos e de funcionários, de oferecer outras atividades.

Uma forma de enriquecer e complementar a entristecedora rotina da ILPI é apontada pelas entrevistadas como as atividades que pessoas de fora levam aos moradores, como as visitas, conversas, danças e lanches fornecidos por grupos e visitantes. Violeta, Angélica, Acácia, Tulipa e Margarida, remetem-se aos momentos de felicidade proporcionados aos internos, com as visitas que a comunidade empreende ao local, individualmente ou com grupos religiosos e da Universidade.

É apontado, aqui, a importância da manutenção de membros familiares na rede de apoio dos idosos, em ambos os casos, tanto do em ILPI quanto daquele que não reside ali. As RS encontradas por Brito (2014) atentam que a reciprocidade que ocorre na relação de troca e de apoio faz com que os idosos se sintam valorizados. Exemplo disto são as visitas aos idosos institucionalizados, assim como o auxílio dentro da própria instituição que a princípio pode vir no sentido de uma necessidade, sim, mas também como experiência positiva de utilidade, ao ajudar e se dedicar às outras pessoas.

Para as entrevistadas, a responsabilidade e cuidado com relação aos idosos que se encontram em ILPI é ancorada pelas participantes em três atores: a família que se exime de seus deveres por abandonar o familiar idoso em uma instituição; a instituição que não cumpre integralmente seu papel de cuidadora já que os internos precisam cuidar uns dos outros e por não ofertar atividades suficientes; e a comunidade que não se preocupa com a integração dos moradores de ILPI em outros contextos sociais, como atividades em centros de convivência, por exemplo. Para Violeta, o idoso deseja o reencontro com a família, ele *“começa a pensar na família e que está lá, junto com estranhos. Eles se sentem assim, meio abandonados pela família”*. Estrelícia comenta sobre os cuidados na instituição: *“Eu pensei que era uma coisa assim, que vai o idoso lá e cuidam. Mas ali não. Um cuida do outro... Que tivesse umas pessoas que cuidassem, não eles se cuidando sozinhos”*. E, conforme Margarida, a comunidade deveria se responsabilizar mais pelo idoso: *“eu acho muito monótono pra essas pessoas que não têm condições de fazer nada (...) Se as pessoas da comunidade pudessem se reunir mais, para tornar mais alegre o dia a dia deles”*. Atenta-se para a verificação de que as entrevistadas entendem que a entrada na instituição não comporta a possibilidade de saída, mas sim a compreensão de que os idosos da ILPI permanecerão lá até a morte.

O ideal, conforme as participantes poderia ser sintetizado na fala de Magnólia: *“Eu acho que é meio triste você depender disto [asilo]. Eu acho que as famílias devem ter um sentimento, de pensar assim... De agir de outra maneira. Que tem família que consegue ficar com o idoso até a morte e levando uma vida melhor”*.

Tais considerações remetem à disparidade entre o ideário do asilo como instituição em que ocorre o cuidado ao idoso (e que muitos afirmam ser o local em que efetivamente ocorre) por funcionários ou pelos próprios moradores, e do asilo como uma alternativa de cuidado da qual não gostariam de depender. *“Eu não sei se eu, se estivesse*

no lugar deles, não teria a vontade de tirar a vida o quanto antes, porque deve ser muito triste” (Margarida). Na fala de Dália a institucionalização é uma possibilidade para si, porém somente em último caso, pois o asilo é um *“local para as pessoas abandonadas, que não têm quem cuida dessas pessoas, (...) é em último caso. Se a gente não tem quem cuide da gente”*. Estaria aqui a indicação da necessidade de se construir outra forma de moradia para idosos? Seria a oportunidade para a renovação no senso comum do conceito atual de asilo para o de ILPI como a SBGG propõe (PINTO; SIMSON, 2012)?

Entretanto, a institucionalização tal como conhecem e nomeiam, não se trata de uma opção para as entrevistadas, simplesmente está fora de cogitação, sendo admitida em tom de brincadeira por Dália: *“Eu falo, brincando com os meus netos, meus filhos, tudo, que se algum dia não puder, me põem no asilo. Mas a gente fala brincando, só que no futuro, se precisar, eu não me importo”* (Dália). Embora não deseje morar em um asilo, Dália guarda economias para poder pagar pelos serviços de um, caso seja necessário, desde que seja uma instituição particular e que não perca o contato com a família. Neste sentido, parece que além da institucionalização não ser uma possibilidade de moradia para as entrevistadas, também o grupo de convivência parece ser o único caminho para a velhice, sendo esta também uma forma de institucionalização que elas aceitariam.

Pode-se refletir, porém, que mesmo não sendo consciente para as respondentes, participar de um grupo de convivência é uma forma de aliar-se a uma instituição que também é restritiva, pois, quem não está na organização X não é bem visto pelos participantes desta organização. Assim, o idoso que fica somente em casa, que não viaja, que não participa dos jogos e dos bailes, não tem o mesmo *status* que aquele que está institucionalizado em um grupo de convivência. O que se encontraria de resultados em uma pesquisa que investigue o que este idoso pensa acerca daquele idoso que não participa dos grupos? Assim, arrisca-se a dizer que as idosas não querem a ILPI, mas que desejam outra forma de institucionalização, a do grupo. Daher e Debona (2010), Carvalho (2010) e Rizzolli e Surdi (2010) caracterizam de forma concisa os objetivos dos grupos de convivência para a terceira idade, explanados na fundamentação teórica deste trabalho, e que são consideravelmente distintos dos objetivos de uma ILPI, caracterizada aqui conforme apontamentos de Debert (1999), Camarano (2007) e Goffman (2008).

Quanto a essa questão, não há para as entrevistadas uma separação clara entre os serviços de uma ILPI pública, filantrópica ou privada, pois entendem que pago ou

não, uma ILPI continua sendo uma ILPI, com características similares, ou seja, um local de abandono, onde o idoso, inconveniente no berço familiar, é colocado para passar o fim de seus dias e no qual sempre há reclamações quanto ao tratamento com os idosos. *“Deve ser assim também, se é assim aqui deve ser nos outros [locais] também. Pois se a gente vê tanto na televisão que judiam dos idosos, que surram”* (Estrelícia). Segundo Magnólia, *“tem um lugar, não é asilo, é uma casa de repouso que as pessoas pagam dois mil reais. Eu fiquei sabendo (...) que o que mais vai de reclamação é de procedimentos dessa casa do idoso”*. Assim, para as entrevistadas as condições da vida no local não dependem da condição financeira da instituição, ou seja, não estão relacionadas com a questão econômica da instituição e dos moradores. Tal constatação das entrevistadas não provocaria ainda mais receio com uma possível entrada em ILPIs? Não estaria representando uma proximidade ainda maior entre os universos institucional e não-institucional?

Contudo, mesmo diante de tantas ponderações negativas, a existência de ILPI é entendida como necessária ao cuidado do idoso dependente e valorizada por isso: *“acho que lá eles estão bem porque têm o remedinho, têm o médico, estão bem cuidadinhos lá. (...) Cuidam, lavam a roupa deles, comida... Então acho que é uma coisa que... Se não tivesse o asilo, o que seria feito das pessoas?”* (Rosa). As contribuições de Acácia complementam, retomando o papel familiar: *“Se não tivesse asilo, o que seria de nós? O que seria dos idosos? Aqueles que estão lá hoje, onde estariam? Porque hoje, a maioria das famílias não dá mais atenção pra mãe, pra avó, pai. Eles se casam e eles se esquecem”*. Tais constatações tocam na discussão de Creutzberg et al. (2008) e Siqueira e Moi (2006), autores que defendem a ILPI como um espaço necessário ao cuidado e acolhimento diante da escassez de opções de cuidadores familiares.

Dessa forma, ao salientar inicialmente a dúvida do que há na relação dentro e fora do asilo, questiona-se a ideia que se faz de uma instituição, com suas rotinas, normas e peculiaridades, que permite pouca ou muito pouca relação entre o mundo interno e externo aos muros institucionais, sem conseguir eliminá-la totalmente. Entretanto, para as participantes, é como se ILPI e sociedade se apresentassem de formas tão distintas que não é possível fazer qualquer comparação entre as realidades de uma e outra. São, puramente, universos intocáveis.

RS de velhice no asilo: um caleidoscópio flutuante à beira do abismo

O envelhecer no asilo é visto pelas participantes como um momento vivenciado no espaço institucional, que produz uma velhice característica e não como resultado de um processo de tudo o que fora vivenciado anteriormente por seus moradores. Então, viver a velhice diz respeito a uma relação que se estabelece com o tempo e o espaço, mesmo que de forma implícita e em ritmos de esperas diferentes para os distintos tipos de idosos. Trata-se do tempo que passa fora da instituição e que se apresenta para o idoso que vive em sociedade como ativo e produtivo, em que lhe é permitido continuar criando. Já o idoso institucionalizado vive uma velhice inerte em um tempo que passa de forma diferente, mais lento e sem tanto colorido, pois na instituição a rotina é pobre e permite poucas atividades para que o morador de ILPI não o sinta passar, tal como ocorre na velhice das entrevistadas, em seus grupos de convivência.

Tais considerações se relacionam com a percepção das distintas formas que cada idoso encontra para viver o seu processo de envelhecimento e a sua velhice. Toca nas considerações de Neri e Cachioni (1999) sobre as formas de adaptação individuais e que tem por finalidade lidar com as perdas e ganhos biopsicossociais inerentes ao envelhecer. Assim, a velhice se torna um conjunto de perdas e ganhos, bem representados pela teoria de *Lifespan*. Salienta-se que mesmo havendo perdas biológicas, os processos psicológicos se mantêm atuantes e compensam ambientes insatisfatórios com a exploração de atividades que agreguem o desenvolvimento do sujeito (NERI, 2006). Sem dúvidas, princípios cultivados pelos grupos para idosos (DAHER; DEBONA, 2010; RIZOLLI; SURDI, 2010).

Mas há ainda um terceiro tempo, associado à dinâmica de funcionamento institucional em que há regras e uma rotina de horários para dormir e levantar, tomar a medicação e o banho e alimentar-se, organizando de forma padronizada, um tempo que é para todos, sem opções de escolha, preferências ou necessidades próprias a cada idoso. Goffman (2008) afirma que esta rotina institucional tolhe a subjetividade do interno, que precisa se adequar a um conjunto de normas que não lhe eram familiares, mas que são coerentes com o tempo institucionalizado.

Ligado ao tempo ou ao passar dele, está também a “*saudade*”, sentimento profundamente vivenciado na velhice institucionalizada segundo as participantes. Conforme Acácia, a forma como cada idoso se sente dentro da instituição é

singular, mas para todos está presente a saudade e a ausência da família. É uma velhice solitária. *“Umas [pessoas] pensam que estão bem, outras pensam que não, que o medo dela é chegar ao fim da vida lá dentro do asilo, sem ter contato com sua própria família”*. Ainda, há outros que dizem que *“’não, eu estou aqui e aqui eu vou ficar’, mas muitas delas sentem essa falta desse amor, desse carinho, da família, dos filhos, dos netos”*. A centralidade das falas das entrevistadas, de forma geral, aponta para a saudade da família, saudade que Acácia compara à sua própria, que mesmo não estando institucionalizada, nutre pela filha que mora distante e que, portanto, não é tão diferente daquilo que sente o idoso da ILPI.

Até eu conversei com uma [senhora] que era do nosso grupo, mas que está lá (...) e diz ‘que saudades da minha casa, dos meus filhos, dos meus netos’. Muitas saudades eles sentem. Quem que não sente?! (...) Porque saudade, pra gente, é das pessoas que estão ao nosso redor... Eu vejo isso por mim, que estou aqui, tenho uma filha que mora aqui perto, [mas] a saudade é maior daquela que mora mais longe. Lá, um ano, dois anos, que eu a vejo. Então eu me vejo no lugar dessas que estão lá (Acácia).

Surtem polos opostos da presente RS: uma velhice negativa vivenciada no asilo e positiva quando fora dele, embora o sentimento de saudade possa estar presente em ambas. Seria por conta da escassez de recursos frequentemente presentes nas ILPIS e que não permitem o desenvolvimento dos idosos residentes? (Brito, 2014). Ainda, fora do asilo é possível duas formas de velhice: uma vivenciada em grupos de convivência e outra vivenciada por aqueles idosos que não participam de grupos. Participar de grupo de convivência é *“envelhecer com qualidade. (...) Eu não fico em casa para não acontecer essas coisas, de ficar depressiva. Você começou a ficar acostumado a ficar em casa, você vai ficar em depressão”* (Magnólia). Seria uma forma de se distanciar de uma velhice inativa e com doenças – como a depressão – garantindo a melhora da qualidade de vida? Da mesma forma, há busca por viver a idade que se tem, embora aparentando ter menos, como explicitado por Angélica: *“A gente sai de casa, vê gente, faz exercício (...) Eu penso que não envelhece. Eu tenho 79, mas não parece que eu tenho”*. A RS de velhice

vivenciada em sociedade parece estar ancorada na expressão de liberdade e de escolha, pois se trata da conversa solta, de ver os amigos, de relacionar-se, de praticar esportes, enquanto não estar em um grupo é estar fadado, conforme as entrevistadas, à aproximação com a doença, o cair em depressão.

Outros estudos verificam essa distinção entre o idoso que frequenta grupos de convivência para a terceira idade daquele idoso que não o faz. Como exemplo, Rizzolli e Surdi (2010) demonstram que embora a principal motivação de idosos para procurarem um grupo de convivência geralmente seja a saúde, sua permanência nestes espaços está também ligada a novas concepções de envelhecimento e de velhice, que assumem significações muito mais positivas no grupo, noções compartilhadas por seus participantes e pela sociedade em geral, que olha para o idoso participante de grupo como muito mais ativo do que aquele que não participa. Seria semelhante à distinção encontrada entre o “idoso ativo”, o participante de grupo, e o “velho inativo”, o não participante de grupo, no estudo de Magnabosco-Martins et al. (2009). Para os participantes da pesquisa destes autores, “ser velho, ou estar na velhice depende da cabeça de cada um e do comportamento de cada pessoa; pois aquele que tiver um ‘espírito jovem’, for ativo, se relacionar bem com a família (...) não está nesta indesejável fase da vida” (MAGNABOSCO-MARTINS et al., 2009, p. 843).

Os resultados encontrados por Araújo et al. (2005), apontam o grupo de convivência como um espaço em que a cidadania é exercida pelos idosos, pois é ali que há efetivação de laços sociais e dos momentos de lazer compartilhados. Para Debert (1999), o grupo representa qualidade de vida porque o idoso mantém-se ativo na sociedade. Logo, a participação em grupo de convivência favorece uma velhice em que se pratica a autodeterminação, previne-se doenças e prolonga-se o tempo de vida, continua se desenvolvimento (BRITO, 2014). O pensamento social ainda é permeado pela relação velhice-inatividade. “Os aspectos positivos evidenciam-se com os idosos expressando a possibilidade de realização de diversas atividades, dentre elas de lazer; e, além disso, a possibilidade de serem fonte de apoio para seus familiares” (BRITO, 2014, p. 187).

Como se vê, os estudos de RS de idosos, envelhecimento e velhice mostram a concepção de que o grupo de convivência permite qualidade de vida para idosos, algo distinto ao que se pensa sobre aquele que não participa do grupo e mais ainda do idoso institucionalizado em ILPI. O grupo é a busca por rejuvenescer: “rejuvenescer não é

retardar os sinais do tempo no rosto ou no corpo, (...) é um sentimento, seria sentir-se novamente jovem” (TORRES, 2010, p. 216), aspecto muito mais ligado à experiência de vida do que ao tempo cronologicamente vivido.

No entanto, os resultados do presente estudo parecem indicar a possibilidade de uma terceira forma de representar a velhice, aquela que não é vivenciada nem pelo idoso dos grupos, nem pelo idoso que não participa de grupos para a terceira idade, mas do idoso residente de ILPI, como tem sido discutido neste tópico. Assim, se a ideia de velhice como um todo é representada negativamente no imaginário social (BRITO, 2014; TORRES, 2010; MAGNABOSCO-MARTINS et al., 2009; RODRIGUES; SOARES, 2006), os resultados aqui encontrados parecem indicar que em se tratando da velhice institucionalizada, esta negatividade estaria ainda mais potencializada. As características relacionadas a “ruptura” e “isolamento”, “final de vida”, “falta de capacidade pessoal e produtiva”, “necessidade de cuidados” e “incapacidade”, são dirigidas pelas entrevistadas à velhice em ILPI e não à do seu grupo de convivência. Nas palavras de Rodrigues e Soares (2006, p. 8), “o ser velho representa um conjunto de atribuições e transformações negativas [que possui] aquele que fez opção pela passividade”, referindo-se à opção pela participação ou não em grupo de convivência. O que dizer daquele que não optou por estar na ILPI?

Isso também se expressa de forma clara na fala de uma entrevistada, a qual relata que

eu conheci muita gente em casa, com depressão, e às vezes eu ia conversar com ela, a gente convidava eles para nossos encontros, nossos grupos de viajar. (...) O que acontece é que muitos desses idosos com depressão, (...) disseram que graças ao grupo, ao que nós temos de atividades ali, que hoje eles estão bem. (...) Quem vai no grupo uma vez, continua. Continua, porque encontrou o cantinho dela, um lugar bom, porque o pessoal conversa muito, dá muita atenção. E olha que tem gente de 80, 90 anos. (...) Eu acho o ambiente muito saudável para eles, (...) uma libertação total do estresse e da depressão. (...) Foi a convivência, o dialogar com

eles. Acho que a melhor coisa que aconteceu aqui para a melhor idade foi esses grupos (Acácia).

Violeta aponta ainda para a velhice vivida em ILPI muito ligada à perda de sentido da própria vida, um sentido que vem sendo construído desde o nascimento de cada sujeito e que com a institucionalização, deixa de existir na medida em que se vai vivendo: *“parece que vai terminando tudo para a gente, vai indo que a gente não vê sentido mais em viver, não tem vontade mais de viver. (...) Porque nada mais faz sentido na vida da gente”*. No entanto, no envelhecimento em sociedade isto não aconteceria, visto que *“aqui a gente vê outras coisas, a gente conversa mais alegre... Ó, eu quando venho aqui [no grupo de convivência], me sinto em casa, de tanto que me sinto bem. Então eu acho que aqui fora é melhor”* (Violeta).

Esta RS é carregada por afetividade, nutrida essencialmente por sentimentos negativos a respeito da velhice no asilo. Muito característico desta consideração é a fala de Rosa, quando compara a velhice de tristeza e abandono dentro da ILPI com a que vivencia com seu esposo e família, marcada pela poesia.

Tem que viver, se animar, ser contente (...) A vida é isso mesmo. O meu esposo mora comigo e quando ele sai eu saio junto, aí ele diz ‘deixa que eu vou junto, cuidado para não cair aí. Se cair, caia nos meus braços’ (...) Quando eu levanto, às 9 horas, ele já tem café na mesa pra mim, já cortou pão, passou alguma coisa e me coloca sentar na cadeira. Eu digo pra ele ‘você faz muito pra mim’ e ele diz ‘você merece’. Ele me ajuda (Rosa).

Essencialmente esta seria uma realidade oposta à vivenciada na instituição, que para Rosa é muito mais limitada, em que pouco se aprende, esperando-se pelo fim da vida. O grupo é o oposto, o lugar em que se pode aprender (CARVALHO, 2010; RIZZOLI; SURDI, 2010; DAHER; DEBONA, 2010). A fala acima sintetiza dois aspectos centrais na RS de velhice no asilo: a valorização do afeto, que ela especificamente vivencia com o esposo e que não é possível de ser vivido quando o idoso se encontra institucionalizado; e a dificuldade de se viver a velhice (mesmo fora de uma ILPI),

mantendo-se animada e contente, ainda que sob o poder exercido pelo tempo. Parece ser importante para ela possuir um outro capaz de cuidá-la, tanto por aquilo que recebe – o amor e a atenção do esposo – quanto por aquilo que doa – a atenção ao idoso institucionalizado.

Assim, se a velhice é apresentada por muitos estudos como um fenômeno passível de ser estudado e compreendido de formas distintas, pode ser metaforizada como um caleidoscópio, aparelho óptico construído a partir de fragmentos de vidros que tomam formas distintas conforme o movimento a que é submetido. A própria velhice representa essa fragilidade da composição do caleidoscópio, composto por fragmentos de vidro, sendo uma vivência a qual poucos admitem chegar. A pesquisa de Torres (2010) representa isto de forma consistente: para seus entrevistados idosos, a velhice está pelo menos a dez anos do sujeito que fala sobre ela. “As pessoas não querem envelhecer, nem querem ser idosas, por isso não se reconhecem como membros deste grupo” (TOREES, 2010, p. 216), dados semelhantes aos encontrados por Magnabosco-Martins et al. (2009). E se a vida fosse um grande mar a que cada sujeito se lança, num constante processo de envelhecer, estar em uma instituição pode ser comparado a flutuar sobre o caleidoscópio da velhice muito próximo a um abismo, a própria morte iminente ao cotidiano institucional.

RS do idoso institucionalizado: aquela que me toca, mas é de quem não posso me aproximar

E como é representado o sujeito que habita o asilo e concretiza a vivência da velhice nesse ambiente? Para as entrevistadas, é alguém que sente “*abandono*”, “*solidão*” e “*saudade*”, que foi deixado pela família dentro do asilo e ali passa a viver dias tristes por conta da solidão e da saudade dos familiares. Margarida exemplifica este abandono com o caso de uma conhecida na ILPI: “*A principal causa [da tristeza do idoso em ILPI] é sentir que se doou tanto tempo para os filhos, para os netos, e depois é jogado lá como se não tivesse mais ninguém. (...) Então é o abandono da família que causa essa tristeza tão grande assim*”. As participantes teorizam que mesmo estando com outras pessoas com as quais o idoso possa conversar, a solidão é evidenciada pela ausência da família e dos amigos, ou seja, trata-se do abandono daqueles que de alguma forma lhe são significativos.

Elias declara que pela ausência de contato “muitos asilos são, portanto, desertos de solidão” (2001, p. 86). Assim, em uma ILPI as pessoas podem estar cercadas por outras que não possuem qualquer significado afetivo mútuo.

O Estado protege o idoso ou o moribundo, como qualquer outro cidadão, da violência física óbvia. Mas ao mesmo tempo as pessoas, quando envelhecem e ficam mais fracas, são mais e mais isoladas da sociedade e, portanto, do círculo da família e dos conhecidos. (...) A admissão em um asilo normalmente significa não só a ruptura definitiva dos velhos laços afetivos, mas também a vida comunitária com pessoas com quem o idoso nunca teve relações afetivas. (...) A separação dos idosos da vida normal e sua reunião com estranhos significa solidão para o indivíduo (ELIAS, 2001, p. 85-86).

O idoso de ILPI é recorrentemente conceituado pelas entrevistadas como doente físico e mental, sendo frequente a presença de desordem mental: “*Eu fiquei muito chocada, as pessoas bem defcientes, pessoas que já não conversam coisa com coisa*” (Dália). Estrelícia também discorre sobre isto: “*às vezes a pessoa tem problema e quer falar dos problemas dela. Mas vai falar com quem? A pessoa está ali e não te dá atenção. Um outro que está doente, você não pode falar porque também não te entende*”. Assim, problematiza-se se este olhar das idosas é lançado sobre o idoso com o qual interagem propriamente e que se encontra na instituição que é conhecida por elas, ou se é estendido de forma mais geral sobre a ILPI em si, com todas as suas características de rotinas e regras.

Os idosos se diferem ainda na capacidade de realizar atividades cotidianas, pelas condições de saúde física e mental, pois há alguns considerados ativos nas atividades diárias como descrito anteriormente, ao auxiliar na rotina institucional, caminhar pelo espaço institucional e fazer o cuidado de si; enquanto outros possuem mais limitações físico-motoras e por isso restringem sua vida à cadeira de rodas, ao quarto e à cama, à espera do fim. Conforme Rosa, “*aqueles que não podem mais [ajudar em nada], estão lá esperando ser atendido, esperando Deus chamar, ir para o céu*”. Desta forma, dentro da

instituição, as entrevistadas imaginam que o idoso, principalmente o mais debilitado, espere a morte, a finitude da vida. Trata-se essencialmente de uma pessoa que sofre, muitas vezes a ponto de chegar à morte. Rosa manifesta a destruição que a instituição causa em um idoso a partir de um exemplo: *“Teve uma mulher que eu conversei [no asilo] e ela tinha poder [aquisitivo], fazia tudo sozinha. (...) Ela ficou deprimida, doente, de cadeira de rodas. Dali uns dois meses que eu estive lá, ela faleceu”*. Assim como Tulipa, Margarida, Violeta, Magnólia e Estrelícia, Rosa considera a estada na instituição como um caminho para a morte, o mesmo verificado na literatura científica por Elias (2001). Ela viria pela perda dos laços significativos anteriores à institucionalização e incapazes de serem atualizados dentro da ILPI, a morte subjetiva que inevitavelmente levaria à morte física.

Outra característica do idoso institucionalizado é trazida por Margarida, que compara o idoso morador do asilo a um injustiçado depois de tudo o que já fez por sua família. Ela relata que teme pelas pessoas que se doam muito a outras, cuidando delas ao longo dos anos, pois podem ser abandonadas no asilo depois do falecimento daqueles de que cuidavam, tal como já vira acontecer. Para ela, ingratidão é a palavra que se acopla ao idoso institucionalizado, caracterizando por meio do caso de um familiar que tem uma cuidadora que desde quando era criança cuida da idosa: *“ela [a cuidadora] faz tudo, tudo. Mais do que os filhos fazem. Eu tenho medo que quando essa minha comadre fechar os olhos peguem ela e levem pra algum lugar. É uma ingratidão muito grande”*. Considerando que Margarida adotou dois de seus três filhos, temerá, ela própria, a possibilidade de ingratidão dos filhos que adotou para sua vida, em duplo sentido, com fins a ela também chegar a ser um idoso de ILPI?

Observa-se que é comum que o sentimento inicial do idoso que é levado a residir em uma ILPI seja de insegurança e abandono, mas que não precisa permanecer neste patamar ao longo de todo o processo de institucionalização, uma vez que estes sentimentos podem ser atenuados quando da manutenção de laços com o mundo externo. Neste sentido, as relações de cuidado, anteriormente apontadas, são elemento fundamental para amenizar os sofrimentos e sentimentos de tristeza, ansiedade e depressão (OLIVEIRA, 2014). Infelizmente esta não parece ser a realidade sentida pelos idosos entrevistados, que percebem que o idoso institucionalizado é esquecido por seus familiares.

Outro elemento constituinte desta RS é a hipótese das participantes de que o idoso institucionalizado busque avidamente o contato com os visitantes do local, pois apesar da limitada interação entre os moradores, quando há pessoas que visitam a ILPI, há a demonstração do desejo em conversar e ter atenção. Neste contexto, encontrou-se três tipos de condutas desempenhadas pelas entrevistadas: a primeira direcionada à sua família, no sentido daquilo que fazem para se “proteger” da institucionalização - cuidam dos relacionamentos para que os filhos não as abandonem no asilo; a segunda é a dirigida à instituição, por meio das doações e visitas ao local; e a terceira é aquela direcionada ao idoso institucionalizado em si, que pelos seus relatos mostram uma relação ambivalente, pois se identificam e se comportam de forma solidária a ele, ao mesmo tempo em que não se aproximam tanto, não aprofundam e intensificam o relacionamento. É muito significativa a ausência nas falas das entrevistadas do uso de substantivos ou mesmo adjetivos para se referir de forma direta ao idoso institucionalizado. Ele é o outro, aquele para quem se olha, dirige uma conduta de solidariedade, mas que não se pode ficar próximo demais.

O subtítulo deste tópico toca nesse aspecto: a possibilidade de vir a ser um deles. O morador da instituição é visto pelo idoso de fora que se afeta por aquele de dentro. No entanto, o contato com o morador deve ser limitado para não “se deixar” envolver demais. Seria o receio de vir a ser um idoso institucionalizado algum dia? Torres (2010) também retrata o temor dos adultos e, principalmente dos idosos, diante do envelhecer no isolamento e abandono. Suas entrevistas apontam que os filhos são vistos como os principais responsáveis pelos pais e referenciados como cuidadores, mas que muitas vezes abandonam e isolam os pais. Tais conclusões dialogam com dados de Magnabosco-Martins et al. (2009).

Assim, o morador é percebido como o idoso carente e abandonado que recebe o auxílio do idoso de fora da instituição: *“A gente ia lá e eles vinham todos alegres conversar conosco, porque eles procuram. (...) Eles querem amor, carinho e atenção, (...) estão esperando para que você dê atenção”* (Acácia). Rosa complementa: *“Eles até levam umas dancinhas lá. Aqueles que estão mais bonzinhos dançam, faceirinhos. Os coitadinhos ficam bem contentes”*. Mais uma vez as RS encontradas por Brito (2014) contribuem, identificando essa carência, no sentido de apontar que há uma crença social de que na velhice o sujeito chega ao auge de sua vida e a partir daí haveria uma regressão, resultando

em comportamentos infantis e de carência. Para além disto, é soma o contexto socioeconômico do idoso residente e da própria ILPI, geralmente pobres e sem condições de investirem em demandas básicas, quem dirá em atividades de lazer.

Como Torres (2010) demonstra em seu estudo sobre o pensamento social de envelhecimento de grupos etários distintos, o envelhecimento tem sido pensado no polo dos idosos positivos e dos idosos negativos, sendo os primeiros pensados como aqueles que participam de grupos, que viajam, que se divertem; e os segundos como os que permanecem em casa, que cuidam da família e têm pouca interação social. O primeiro grupo, dos idosos caracterizados como positivos, seriam o polo dos participantes de sua pesquisa. A autora defende então, que esta polarização se dá porque “perceber o próprio grupo de forma tão homogênea pode ser um meio de investir na coesão do grupo e manter uma identidade social positiva” (TORRES, 2010, p. 214). Nesse sentido, visto que o próprio envelhecimento apresenta representações hegemônicas que em geral são compartilhadas por todos os grupos, é compreensível que se escolha uma ou outra classe de idosos, remetendo a negativa ao grupo que não o seu: é isto ou aquilo. Ocorre assim, uma generalização dos sentidos de pertencer a uma categoria de idosos ou a outra.

Tais descobertas quando comparadas à literatura exposta anteriormente, dão indícios de que a RS de idoso é composta de três classificações interdependentes entre si: a de idoso ativo, de idoso inativo e de idoso asilado, cada qual com características e identidades específicas, dispostos em uma gradação de valor da classificação que se deseja ou não para si. Surge aqui outro aspecto da referida RS a ser investigado com mais minúcia.

Considerações finais

Questionar idosos que não residem em ILPI que participam de grupos de convivência para a terceira idade, acerca do universo que circunda as concepções de senso comum sobre o envelhecer no asilo, apontou para três Representações Sociais elementares: uma acerca da própria instituição, outra acerca do sujeito que concretiza sua velhice neste espaço e ainda a da velhice propriamente. Em todas elas, a imagem central é a de ausência (da família, de cuidados, de atividades, saúde, alegria, expectativas de vida e de manter laços sociais), ligada à vivência de abandono e tristeza. As entrevistadas desta pesquisa

compreendem que a família abandona o idoso na ILPI, configurando a instituição como local de segregação e “*exílio*”.

As idosas não negam a necessidade de instituições de cuidado para idosos, cobrando da sociedade que haja possibilidades para aqueles que não possuem condições de serem mantidos em família, mas sem deixar de privilegiar o direito do idoso de envelhecer com os familiares. Assim, enquanto a literatura aponta para um suporte social e de entidades que forneçam subsídios para o idoso que não pode se manter em um domicílio próprio, a população estudada valoriza o suporte familiar, cobrando que as famílias esforcem-se em manter seus idosos consigo.

Contudo, em nenhum momento as participantes se referiram à responsabilidade do Estado em desenvolver políticas públicas ou estratégias que contemplem as diferentes necessidades dos diversos idosos e que ao mesmo tempo favoreçam o suporte domiciliar. Parecem assumir como esperada a condição de que as ILPIs são o meio de resolver a situação dos idosos, quando não é possível por vias familiares. A vivência da velhice e cuidados necessários nesta fase ainda se concentra, para as participantes, no plano privado da vida familiar, restringindo-os aos muros construídos ao redor de seus membros, da mesma forma com que o idoso institucionalizado é aquele que permanece asi(exi?)lado nos muros institucionais. As RS naturalizam a institucionalização da velhice tal como a conhecemos no sistema asilar convencional atual no cenário brasileiro.

Conforme os resultados do estudo, as RS sobre asilo apresentam a ILPI como uma necessidade direcionada ao outro, não a este sujeito que fala, por vezes declarando abertamente que preferiria morrer a habitar uma instituição para idosos. Em contrapartida, os grupos de convivência para a terceira idade foram considerados locais privilegiados em que se pode vivenciar um envelhecimento saudável, com qualidade de vida, bem como fortalecer os laços sociais, possibilidades que a velhice vivenciada em uma instituição não tem condições de usufruir. Neste sentido, percebe-se como possível avanço desta pesquisa, além de tratar de RS acerca de institucionalização (algo ainda muito pouco pesquisado), a hipótese de que se somariam aos resultados alcançados por outras pesquisas de que haveria dois tipos distintos de velhice (a vivida em grupos de convivência e a não vivida neles), uma terceira forma de velhice: aquela vivida pelo idoso de ILPI, sendo necessário confirmá-la ou não.

Tecendo representações sociais sobre envelhecer em instituições de longa permanência para idosos.

Dessa forma, reconhece-se válida a ampliação de investigações deste teor, tanto porque a temática ainda é pouco estudada, quanto porque o contingente de idosos e de instituições para idosos a cada dia torna-se mais visível na sociedade. Tais necessidades justificam-se pelo fato de que nunca tantos idosos conviveram juntos, pois é o crescimento populacional e aumento da expectativa de vida que têm permitido esta geração prolongar-se em anos e números na pirâmide demográfica. Investigações sobre as modificações de RS no cotidiano social da população estudada permitem ainda, verificar os impactos positivos e negativos da velhice, do envelhecimento e da condição de ser idoso em diferentes grupos e contextos, subsidiando novas propostas interventivas.

Referências

ARAÚJO, L. F., COUTINHO, M. P. L.; CARVALHO, V. M. L. Representações Sociais da velhice entre idosos que participam de grupos de convivência. **Psicologia Ciência e Profissão**, 25 (1), 118-131, 2005.

BRASIL. Política Nacional do Idoso. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm Acesso em: 18 agosto 2015.

_____. Estatuto do Idoso. **Lei nº 10.741**, de 01 de outubro de 2003. 2004. Disponível em: http://www.amperj.org.br/store/legislacao/codigos/idoso_L10741.pdf Acesso em: 18 agosto 2015.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. 2010. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=176 Acesso em: 18 agosto 2015.

_____. **Dados sobre o envelhecimento no Brasil**. Secretaria Nacional de Promoção de Defesa do Direitos Humanos. Secretaria de Direitos Humanos, Presidência da República. 2013 Disponível: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/pessoa-idosa/dados-estatisticos/DadosobreoenvelhementonoBrasil.pdf> Acesso em: 27 de abril de 2016

BRITO, A. M. M. **O cuidado do idoso**: Representações e práticas sociais. Tese de Doutorado em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis (SC). 2014.

CACHIONI, M. Universidade da Terceira Idade: história e pesquisa. **Revista Temática Kairós Gerontologia**, 15(7), 01-08. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, 2012.

CAMARANO, A. A. Instituições de longa permanência e outras modalidades de arranjos domiciliares para idosos. In: NERI, A. L. (org.). **Idosos no Brasil**: vivências, desafios e expectativas na Terceira Idade. São Paulo: Editora Educação Perseu Abramo, 2007, p.169-

190.

CARVALHO, R. M. **O processo de envelhecimento na visão dos idosos participantes dos grupos de convivência de Volta Redonda**: subsídios para confecção de cartilha informativa. 2010. 108f.

COSTA, M. C. N. S.; MERCADANTE, E. F. (2013, março). O Idoso residente em ILPI (Instituição de Longa Permanência do Idoso) e o que isso representa para o sujeito idoso. **Revista Kairós Gerontologia**, 16(2), 209-222. Online ISSN 2176-901X. Print ISSN 1516-2567. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

CREUTZBERG, M., GONÇALVES, L. L. H. T.; SOBOTTKA, E. A. Instituição de longa permanência para idosos: a imagem que permanece. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, Abr-Jun; 17(2): 273-9, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n2/08.pdf> Acesso em: 18 agosto 2014.

DAHER, D. V.; DEBONA, K. V. Reelaborando o viver: o papel do grupo no cotidiano de mulheres idosas. **Esc Anna Nery** (impr.), out-dez; 14(4):670-676, 2010. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127715826003> Acesso em: 18 agosto 2015.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: socialização e Processos de Reprivatização do Envelhecimento. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 1999, 266 p.

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos** – seguido de “Envelhecer e morrer”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001, 107 p.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. 8ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008, 316 p.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Instituições de longa permanência para idosos**: caracterização e condições de atendimento/ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Curitiba: IPARDES, 2008, 109 p.

MAGNABOSCO-MARTINS, C. R., VIZEU-CAMARGO, B. & BIASUS, F. Representações sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias. **Univ. Psychol**. Bogotá, Colombia, v. 8, n.3, PP. 831-847. Sep-dic, ISSN 1657-9267, 2009.

MOSCOVICI, S. (1978) **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, 291 p.

NERI, A. L. O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. **Rev. Temas em Psicologia**, vol. 14, n. 1, p. 17-34, 2006.

NERI, A. L.; CACHIONI, M. Velhice bem-sucedida e educação. In: Neri, A. L. & Debert, G. G. **Velhice e sociedade**. Campinas, SP: Papirus, 1999, p. 113-140.

PINTO, S. P. L. C.; SIMSON, O. R. M. V. Instituições de Longa Permanência para Idosos no Brasil: Sumário da Legislação. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 15(1):

169-174, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232012000100018&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 18 agosto 2015.

RIZZOLLI, D.; SURDI, A. C. Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro, 13(2): 225-233, 2010. Disponível em: http://revista.unati.uerj.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232010000200007&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 18 agosto 2014.

RODRIGUES, L. S.; SOARES, G. A. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. **Revista Ágora**, Vitória, n.4, p. 1-29, 2006. Disponível em: <http://www.pucgoias.edu.br/ucg/unati/ArquivosUpload/1/file/Artigos%20e%20Cap%C3%ADtulos%20de%20Livros/Velho,%20idoso%20e%20terceira%20idade%20na%20sociedade%20contempor%C3%A2nea.pdf> Acesso em: 18 agosto 2014.

SANTOS, V. B., TURA, L. F. R.; ARRUDA, A. M. S. As Representações Sociais de pessoa velha construídas por adolescentes. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, Rio de Janeiro; (14(3):497-509, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1809-98232011000300010&script=sci_arttext Acesso em: 18 agosto 2014.

SIQUEIRA, M. E. C.; MOI, R. C. Estimulando a memória em Instituições de Longa Permanência. Em SIMSON, O. R. M. V., NERI, A. L.; CACHIONI, M. (orgs.). **As múltiplas faces da velhice no Brasil**. 2ª Ed. Campinas: Editora Alínea, 2006, p. 165-186.

TORRES, T. L. **Pensamento social sobre envelhecimento, idoso e rejuvenescimento para diferentes grupos etários**. (Doutorado em Psicologia) – Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2010. 367f.

VELOZ, M. C, NASCIMENTO-SCHULZE, C. M.; CAMARGO, B. V. Representações Sociais do envelhecimento. **Rev. Psicol. Reflex. Crit.** Vol.12, n.2, Porto Alegre, 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721999000200015 Acesso em: 18 agosto 2015.

VERAS, R. P.; CALDAS, C. P. Promovendo a saúde e a cidadania do idoso: o movimento das universidades da terceira idade. **Ciência & Saúde Coletiva**, 9(2):423-432, 2004.

Data da submissão: 31/07/2016

Data da aprovação: 5/04/2017

Parrésia: Revista Discente de Psicologia, v.1, n.1, 2017, p. 55-84.